

“AS NOVAS FORMAS DE CONTROLE” CONSOLIDAÇÃO DO PENSAMENTO UNIDIMENSIONAL NA SOCIEDADE DO CAPITALISMO AVANÇADO CONFORME HERBERT MARCUSE

Francisco de Assis Sobrinho¹
Alberto Dias Gadanha²

Resumo

Razão e liberdade são tidas como os princípios fundadores da sociedade industrial e tecnológica do capitalismo avançado. Para garantir a validação de seu discurso, a tecnologia dispõe de sofisticadas formas de controle, que atuam na consolidação da unidimensionalidade como elemento garantidor da coesão social e da manutenção do status quo. Para isso, o “ordenamento tecnológico” recebe o apoio de uma “coordenação política e intelectual”, que garantem a eficiência processual e a eficácia teleológica das diversas formas de controle da civilização industrial avançada. Este artigo tem como objetivo compreender e expor como para Marcuse, a sociedade do capitalismo afliente, com suas novas formas de controle, protagoniza a formação e consolidação da cultura da unidimensionalidade. Para tanto, a partir do método dialético do filósofo frankfurtiano, debateremos temas como, a contenção do pensamento crítico, condicionamento das necessidades humanas e a racionalidade tecnológica. No intercurso de nossa exposição mostraremos que por trás do discurso da liberdade, a nova sociedade industrial tecnológica, impõe suas formas específicas de controle sobre os indivíduos tendo como resultado a formação de um sistema social unidimensional, onde não há lugar para o pensamento crítico, tido como supérfluo. Pois, não só ameaça a atual compreensão de progresso tecnológico da sociedade unidimensional, como também é capaz de inverter a ordem do discurso estabelecido e desmontar toda e qualquer convivência social do atual status quo.

Palavras-chaves: Razão. Liberdade. Sociedade tecnológica. Pensamento unidimensional.

"THE NEW FORMS OF CONTROL" CONSOLIDATION OF ONE-DIMENSIONAL THINKING IN ADVANCED CAPITALIST SOCIETY ACCORDING TO HERBERT MARCUSE

Abstract

Reason and freedom are held as the founding principles of the industrial and technological society of advanced capitalism. In order to guarantee the validation of its discourse, technology makes use of sophisticated forms of control, which act to consolidate one-dimensionality as an element that guarantees social cohesion and the maintenance of the status quo. For this, the "technological ordering" receives the support of a "political and intellectual coordination," which guarantee the procedural efficiency and teleological effectiveness of the different forms of control of the advanced industrial civilization. This article aims to understand and expose how for Marcuse, the society of affluent capitalism, with its new forms of control,

¹ Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: diassis.sobrinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5615-1922>

² Doutor em Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: albertodias.gadanha@uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6263-5907>

plays a leading role in the formation and consolidation of the culture of one-dimensionality. Therefore, based on the dialectical method of the Frankfurtian philosopher, will be debated themes such as, the containment of critical thinking, the conditioning of human needs and technological rationality. In the course of our exposition, will be shown that behind the discourse of freedom, the new technological industrial society imposes its specific forms of control over individuals, resulting in the formation of a one-dimensional social system, where there is no place for critical thinking, considered superfluous. For, not only does it threaten the current understanding of technological progress in one-dimensional society, as it is also capable of inverting the order of established discourse and dismantling any and all social coexistence from the current status quo.

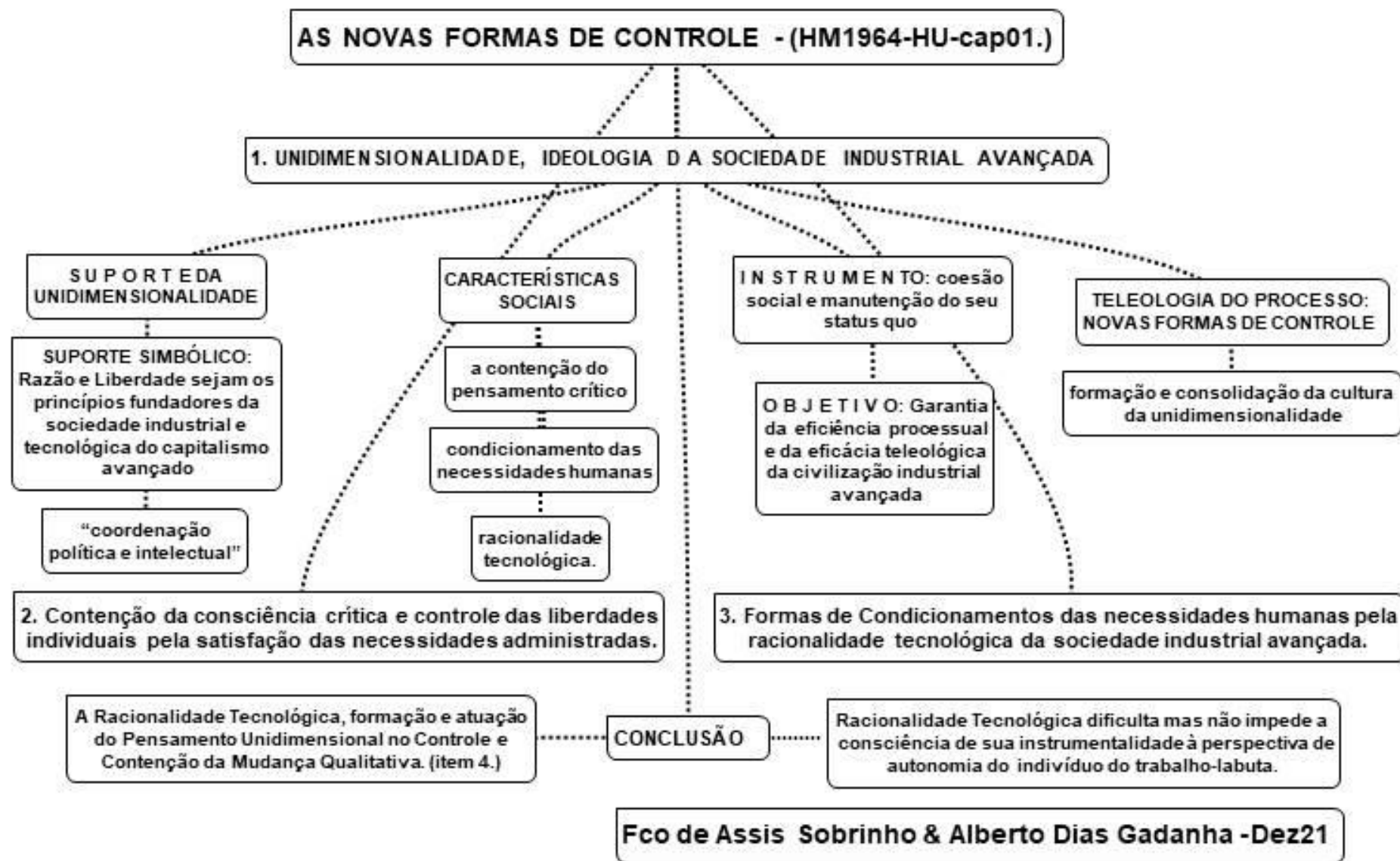
Keywords: Reason. Freedom. Technological society. One-dimensional thinking.

1. Introdução

Herbert Marcuse na obra *O homem unidimensional*, capítulo 1, “As Novas Formas de Controle”, apresenta a sociedade industrial do capitalismo afluyente, como portadora do progresso e das liberdades individuais, e como uma organização produtivo-tecnológica, cujo ordenamento, “coordenação política e cultural”, são capazes de conter as possibilidades de um pensamento crítico e de alternativas de liberdades individuais que possam alterar o modus operandi vigente.

Nesse artigo temos o propósito de apresentar a lógica de ordenamento e funcionamento do controle da sociedade capitalista, bem como, a relação entre o progresso tecnológico e a formação do pensamento e comportamento unidimensional nesta sociedade. Para isso, abordaremos a partir do método dialético de Marcuse, temas como a contenção do pensamento crítico e a supressão dos direitos e das liberdades individuais, por meio da satisfação e condicionamentos das necessidades humanas.

Mostraremos que por trás do discurso racional e livre, a sociedade industrial e tecnológica impõe as formas de controle dos indivíduos, tendo como consequência imediata, a formação de um sistema social unidimensional em que o pensamento crítico não tem lugar, pois, não só ameaça o que está posto, a ideia limitada do progresso da sociedade capitalista, mas representa também a possibilidade de uma mudança qualitativa, a inversão da ordem e do discurso estabelecido baseado no caráter opressor e controlador da sociedade industrial avançada, unilateral, unidimensional.



2. A contenção do pensamento crítico e a supressão de liberdades individuais pela civilização industrial avançada.

A peculiaridade da sociedade industrial capitalista consiste, sobretudo, na sua forma de se apresentar como se fosse livre e racional. Mas, na verdade o que é definido como liberdade, não é outra coisa senão o “ordenamento tecnológico” e a “coordenação política e cultural” própria da sociedade do capitalismo avançado. A ideia permitida de liberdade está associada à contenção de uma consciência crítica portadora de transformação social e a supressão de liberdades individuais em prol de interesses econômicos e políticos, de grupos que controlam a vida social por meio do aparato³ produtivo e dos meios de comunicação de massa.

Assim, o que prevalece na sociedade industrial avançada é uma “não liberdade”, visto que a liberdade se confunde com à satisfação de interesses gerenciais do sistema político econômico, em outras palavras, se reduz às formas de controle estabelecidas por tal sociedade. À medida que a gerência dessa sociedade é capaz de suprir carências individuais ela, “pode exigir a aceitação de seus princípios e instituições” como meio de reduzir a oposição e as possibilidades de mudanças políticas no seu status quo. Aqui, parece não se importar se a crescente realização, isto é, satisfação das necessidades vem de um sistema autoritário ou não. É nesse aspecto que a sociedade industrial avançada demonstra o seu caráter totalitário, uma vez que esta sociedade atua na manipulação das necessidades dos administrados, por meio de interesses ocultos. Em suma, ser livre aqui, é pensar e agir de acordo com os padrões exigidos pelo sistema social do capitalismo avançado, pois a não conformidade com o mesmo torna-se empecilho e compromete o funcionamento atual do todo.

A sociedade industrial foi considerada portadora de novos direitos e liberdades, como a possibilidade real de uma mudança qualitativa (em relação ao modo de produção feudal), uma vez que estes continham em si ideias críticas que viabilizariam “a substituição de uma cultura material e intelectual arcaica “por uma mais produtiva e racional”. Entretanto, o que ocorreu de fato foi a institucionalização de direitos e liberdades pela sociedade capitalista. Apesar de ser definida como “racional e livre”, a ideia de liberdade na sociedade industrial do capitalismo avançado, se reduz a mera satisfação de necessidades materiais e individuais permitidas, cuja consequência é a “privação do pensamento crítico, da autonomia e do direito de oposição política.”. Isso porque os indivíduos são impedidos de cumprir o seu papel crítico

³ Em Marcuse o termo aparato significa o conjunto de instituições e dispositivos que de alguma forma influenciam os modos de organizações da indústria em sua situação social dominante (Cf. MARCUSE, 1999, p. 77, n. 6).

ao status quo dessa sociedade, considerada pela gerência institucional como a única forma de organização capaz de garantir a satisfação dos interesses e necessidades individuais.

Os direitos e liberdades que eram fatores vitais nas origens e nos estágios iniciais da sociedade industrial se renderam ao estágio superior dessa mesma sociedade; esses direitos e liberdades estão perdendo sua razão e seu conteúdo tradicionais (...). Diante de um crescente padrão de vida, a não-conformidade com o sistema parece ser socialmente inútil, ainda mais, se isso acarretar desvantagens econômicas e políticas concretas e ameaçar o bom funcionamento do todo (MARCUSE, 2015, pp. 41; 42.).

Na concepção de Marcuse, estamos nos tornando submissos a um estilo de vida ditado pelo modo capitalista de produção, cuja característica é o consenso incontestável aos valores do mercado, que nos leva a viver sob a égide do homem unidimensional, o qual define as condições materiais e subjetivas em escala planetária. Em outros termos, isso significa que o homem unidimensional não só ultrapassou os limites econômicos do capital com suas condições materiais, como também se propõe a preencher todo o espaço da subjetividade, “colonizando-nos a partir da vida simbólica”. Assim, o homem unidimensional, além de se referir a um modo de vida condizente com o capitalismo e sua tendência totalizante, possibilita de um lado o avanço dos pressupostos do mercado nos níveis econômico, social, político, cultural, científico e tecnológico; de outro avança no território subjetivo, sobretudo, no que se refere à produção do desejo inconsciente. “Daí que essa ‘unidimensionalidade’ está atualmente pelos quatro cantos do planeta: ela está praticamente em todos os lugares e em lugar algum” (BARROS, 2014, p. 111-119).

Nessa perspectiva, Marcuse considera que a livre iniciativa não se constitui em uma vantagem para a classe trabalhadora. Pois, enquanto liberdade para trabalhar ou morrer de fome, ela significou labuta, sacrifício, insegurança e medo para a maior parte da população. Na hipótese do indivíduo não ser mais obrigado a ser alguém de sucesso no mercado, como um sujeito livre do ponto de vista econômico, a extinção desse modo de liberdade significaria uma das grandes realizações da civilização. Isto porque, “se o aparato produtivo pode ser organizado e dirigido para a satisfação das necessidades vitais, seu controle pode bem ser centralizado; tal controle não impediria a autonomia individual, mas a tornaria possível” (MARCUSE, 2015, p. 42).

No que diz respeito o seu aparato produtivo e tecnológico, a sociedade industrial avançada configura-se essencialmente, como uma sociedade de controle que se impõe com suas exigências econômicas e políticas, de defesa e de expansão, sobre o tempo de trabalho e o tempo livre, sobre a cultura material e intelectual. Nessa sociedade o poder político afirma-se na

medida em que exerce poder sobre os processos mecânicos e sobre a organização técnica do aparato produtivo.

O governo das sociedades industriais avançadas e em desenvolvimento só pode se manter e se garantir quando tem êxito em mobilizar, organizar e explorar a produtividade técnica, científica e mecânica disponível na civilização industrial. E essa produtividade mobiliza a civilização industrial como um todo, acima e além de qualquer indivíduo particular ou interesses de grupos (MARCUSE, 2015, p. 43).

A demonstração de que a civilização industrial contemporânea alcançou o estágio de uma “sociedade livre” e, que por isso não pode mais se adequar as liberdades econômica, política e intelectual tradicionais, indica que são necessários novos modos de realização dessas liberdades que correspondam às novas capacidades dessa sociedade. “Esses novos modos só podem ser nomeados como termos negativos porque eles equivaleriam à negação dos modos predominantes” (MARCUSE, 2015, p. 43).

Assim, a liberdade econômica significaria libertação da economia – de ser controlado pelas forças e relações econômicas; libertação da luta diária pela existência de ganhar a vida. Liberdade política significaria a libertação dos indivíduos *em relação* às políticas sobre as quais eles não têm qualquer controle efetivo. De maneira similar a liberdade intelectual significaria a restauração do pensamento individual que foi agora absorvido pelos meios de comunicação e doutrinação, representaria a abolição da ‘opinião pública’ junto com seus autores (MARCUSE, 2015, p. 43, *itálicos do autor*).

Marcuse considera que o tom não realista dessas afirmações é um sinal, não de seu caráter utópico, mas do vigor das forças que impossibilitam a sua realização. A luta da sociedade industrial moderna, contra a efetivação das liberdades econômica, política e intelectual, dá-se mediante a criação e inculcação de necessidades materiais e intelectuais falsas, nos indivíduos como meio de perpetuar as formas arcaicas de lutas pela existência.

Nesse sentido, as necessidades humanas são necessidades históricas e à medida que a sociedade exige o desenvolvimento repressivo do indivíduo, suas próprias necessidades e a sua demanda por satisfação estão sujeitas aos padrões críticos dominantes (MARCUSE, 2015, p. 44).

De acordo com Marcuse, as necessidades podem ser verdadeiras ou falsas. Falsas são necessidades exteriores ao indivíduo sendo-lhes impostas para satisfação de interesses sociais particulares. São elas necessidades repressivas que impendem o desenvolvimento e a libertação do homem. Já as necessidades verdadeiras grosso modo, seriam aquelas possibilitadoras da realização e libertação do indivíduo e, portanto, não repressivas. Destacamos aqui as necessidades vitais – alimentação, vestuário e moradia - que são pré-requisito para a realização das demais necessidades.

3. Os condicionamentos das necessidades humanas: o controle social e a invasão da liberdade interior dos indivíduos

No seu modo de aparecer à sociedade industrial contemporânea utiliza-se das ideias de razão e liberdade, como forma de ocultar o seu caráter controlador e opressor que exerce sobre as pessoas nos diversos espaços da vida social. No que se refere à razão, há nessa sociedade o predomínio de uma racionalidade instrumental que tem como fim a manutenção de um sistema econômico e político que vai de encontro aos interesses de grupos detentores do capital, e, por conseguinte do status quo. Já no que concerne à liberdade, propaga-se a ideia de que o indivíduo é dono de sua própria vida, sendo autônomo para escolher de acordo com seus interesses pessoais. Ora, o que a ideologia dominante da sociedade tecnológica esconde, é o fato de que as escolhas individuais são geralmente voltadas para a satisfação de necessidades e, que tais necessidades são criadas e colocadas na cabeça das pessoas pela própria sociedade industrial tecnológica, através dos meios de comunicação e dos processos tecnológicos de mecanização do trabalho.

Nesse contexto, podemos dizer que há uma invasão da liberdade interior do indivíduo, porque nesse sistema social, as suas escolhas estão controladas pela lógica da realidade tecnológica, que ele próprio assimilou através de um processo de nivelamento das classes sociais. Ou seja, o controle social dos indivíduos não se dá de forma violenta e visível, mas de modo sutil e camuflado no qual o próprio sujeito consente, e passa a pensar e agir segundo os interesses de grupos que se beneficiam com esse modelo de sociedade baseado no status quo. Aqui, os interesses das elites são transformados em interesses de todos, mediante os diversos mecanismos de controle especificamente, os recursos tecnológicos⁴ que são as formas mais eficientes de controle social.

Quanto mais racional, produtiva, técnica e total se torna a administração repressiva da sociedade, mais inimagináveis se tornam os meios e modos pelos quais os indivíduos administrados poderiam quebrar sua servidão e tomar sua libertação em suas próprias mãos. Toda libertação depende da consciência da servidão e o despertar dessa consciência se vê impedido pela prevalência de necessidades e satisfações que, em grande medida, tornaram-se próprias do indivíduo. O processo sempre substitui um sistema de pré-condicionamentos por outro; o objetivo máximo é a substituição de falsas necessidades pelas verdadeiras, o abandono da satisfação repressiva (MARCUSE, 2015, pp. 45 – 46).

⁴ Podemos destacar nessa esfera o papel desempenhado pela grande mídia que, ao invés de informar a população, faz uma espécie de lavagem cerebral doutrinando-a em torno dos interesses de uma minoria detentora do poder econômico.

Segundo Marcuse, na sociedade tecnológica o pré-condicionamento - por mais que pareça - não se inicia com a produção massiva dos meios de comunicação tais como, rádio e televisão e com o poder de controle que possuem, mas, precisamente, com o nivelamento das desigualdades sociais entre as necessidades dadas e as possíveis, entre as necessidades satisfeitas e aquelas que não foram satisfeitas. É nesse contexto, que o assim chamado nivelamento dos contrastes existentes entre as classes, manifesta sua função ideológica.

Se o trabalhador e seu chefe se divertem com o mesmo programa de televisão e visitam os mesmos lugares de lazer e descanso, se a datilógrafa está tão atraentemente maquiada quanto a filha do patrão, se o negro possui um Cadillac, se todos leem o mesmo jornal, então essa assimilação indica não o desaparecimento das classes, mas a extensão na qual as necessidades e satisfações que servem para a preservação do *Establishment* são partilhadas por toda a população subjacente (MARCUSE, 2015, p. 47).

Com efeito, a estrutura técnica com seu aparato produtivo e destrutivo tem sido um dos principais meios de sujeição da população à divisão social do trabalho estabelecida na modernidade. Além do fato de que essa integração esteve sempre acompanhada por formas mais evidentes de coação que acarretaram ao longo do tempo: “perda dos meios de subsistência, a administração da justiça, a polícia, as forças armadas”. Marcuse considera que tal situação ainda acontece nos dias de hoje, visto que em nossa contemporaneidade os controles técnicos tornaram-se cada vez mais eficazes no sentido que parecem como a própria encarnação da razão, passando a impressão que estão a serviço de todos e não apenas de grupos detentores do poder econômico. Nessa lógica de dominação não há espaço para a contradição e nem para a oposição, pois enquanto a primeira é tida como irracional, a segunda é praticamente impossível. “Assim, não é de se admirar que, nos setores mais avançados dessa civilização, os controles sociais tenham sido introjetados a ponto de até mesmo o protesto individual ser afetado em suas raízes” (MARCUSE, 2015, p. 48).

Para Marcuse, o que distingue a sociedade industrial avançada é a capacidade de sufocar as formas de pensar e agir que questionam o que está posto por ela. Nesse sentido, qualquer recusa intelectual e emocional aos controles exercidos por esta sociedade é denominada de neurótica e impotente. É esta a figura sócio-psicológica própria do acontecimento político na contemporaneidade: “o desaparecimento de forças históricas que, na fase anterior da sociedade industrial, pareceu representar a possibilidade de novas formas de existência” (MARCUSE, 2015, p. 48). A ideia de que as diversas formas de controle sociais são introjetados no indivíduo, sugere uma variedade de processos que de forma relativamente espontânea afeta o “EU” de cada pessoa fazendo com que este transponha aquilo que se encontra numa dimensão exterior para uma esfera interior.

Hoje esse espaço privado foi invadido e reduzido pela realidade tecnológica. A produção e a distribuição em massa exigem o indivíduo inteiro e a psicologia industrial há muito deixou de estar restrita à fábrica. Os múltiplos processos de introjeção parecem estar cristalizados em reações quase mecânicas. O resultado não é o ajustamento, mas a *mimese*: uma identificação imediata do indivíduo com sua sociedade e, através dela, com a sociedade como um todo [...]. Nesse processo, a dimensão “interior” da mente (*mind*), na qual a oposição ao *status quo* pode se enfatizar, é reduzida. A perda dessa dimensão, na qual habita o poder do pensamento negativo – o poder crítico da Razão – é a contraparte ideológica do próprio processo material pelo qual a sociedade industrial silencia e reconcilia a oposição (MARCUSE, 2015, pp. 48 – 49, itálicos do autor).

Em outras palavras, isso implica que a introjeção dos mecanismos de controles sociais no indivíduo, supõe a existência de uma dimensão interior diferente e oposta as exigências externas, ou seja, trata-se de uma consciência individual e um inconsciente individual que atuam independentes da opinião e do comportamento público. Aparece aqui, portanto, o conceito de liberdade interior que tem sua própria realidade, e indica um espaço privado onde o homem se torna homem e permanece ele mesmo.

Em sua obra *Eros e Civilização*, Marcuse trata deste caráter repressor da sociedade industrial avançada, a partir do chamado princípio de realidade como oposição ao princípio de prazer enquanto expressão dos instintos “não organizados” do sexo, no qual a reprodução é meramente um produto. Na continuação desta abordagem nosso filósofo utiliza-se dos termos de mais repressão e princípio de desempenho para falar das relações de dominação na sociedade capitalista. O primeiro diz respeito à análise que o autor faz das instituições e relações que constituem o corpo social do princípio de realidade, ao passo que o segundo se refere ao fato de que sob seu domínio, a sociedade é dividida em estamentos de acordo com os desempenhos econômicos “concorrentes de seus membros”. O princípio de desempenho é próprio de uma sociedade que acumula riquezas e que é antagônica no seu processo de constante expansão e desenvolvimento, durante o qual a dominação foi crescentemente racionalizada. Contudo, durante uma boa parte de sua evolução, houve uma convergência entre os interesses de dominação e os interesses do todo, visto que a utilização lucrativa do sistema produtivo satisfaz às necessidades e faculdades dos indivíduos⁵.

⁵ Em *Razão e Revolução*, Marcuse salienta o fato de que para Hegel, a sociedade civil na sua dinâmica de funcionamento deveria inevitavelmente gerar um sistema autoritário, posto que se trata de “uma transformação que tem sua origem nos fundamentos econômicos da própria sociedade, e que se destina a perpetuar sua estrutura”. Nela, “os interesses individuais em competição eram incapazes de gerar um sistema que pudesse garantir a continuidade do todo” sendo, portanto, imprescindível à imposição de uma autoridade que de forma racional, promovesse o equilíbrio entre direitos e deveres, e entre a individualidade e a coletividade dos sujeitos sociais (Cf. MARCUSE, 2004, p.155).

Para a esmagadora maioria da população, a extensão e o modo de satisfação são determinados pelo seu próprio trabalho; mas é um trabalho para uma engrenagem que ela não controla, que funciona como um poder independente a que os indivíduos têm de submeter-se se querem viver. E torna-se tanto mais estranho quanto mais especializada se torna a divisão do trabalho. Os homens não vivem sua própria vida, mas desempenham tão-só funções preestabelecidas. Enquanto trabalham, não satisfazem suas próprias necessidades e faculdades, mas trabalham em alienação. O trabalho tornou-se agora geral, assim como as restrições impostas à libido: o tempo de trabalho, que ocupa a maior parte do tempo de vida de um indivíduo, é um tempo penoso, visto que o trabalho alienado significa ausência de gratificação, negação do princípio de prazer. A libido é desviada para desempenhos socialmente úteis, em que o indivíduo trabalha para si mesmo somente na medida em que trabalha para o sistema, empenhado em atividades que, na grande maioria dos casos, não coincidem com suas próprias faculdades e desejos (MARCUSE, 1975, p. 57- 58).

Nesse cenário de controle e dominação, protagonizado pela sociedade industrial tecnológica do capitalismo avançado, o trabalho que seria uma forma de realização do homem torna-se um sacrifício, um tormento para sua existência, dado as circunstâncias de exploração e alienação a que o trabalhador é submetido, fazendo com sua capacidade produtiva seja apenas um produto na engrenagem da produção de lucros, na qual o trabalhador é tido como meio e não como fim.

4. A racionalidade tecnológica e a formação do pensamento unidimensional

À medida que a ideologia da sociedade industrial avançada é absorvida pelo indivíduo, mediante processo de identificação do mesmo com a realidade, torna-se evidente que a cultura industrial contemporânea faz mais uso da ideologia dominante do que a sociedade pré-capitalista que lhe antecedeu, pois hoje, a ideologia é parte do próprio processo de produção da sociedade capitalista. De um modo provocativo, esse argumento revela os aspectos políticos da racionalidade tecnológica predominante. Nela o aparato produtivo e os bens e serviços que ele produz “vendem” ou impõem ao sistema social como um todo, o modo de pensar e agir unidimensional. Disso resulta que “A eficácia em termos de razão tecnológica é, ao mesmo tempo, eficácia em termos de eficiência lucrativa, e a racionalização é, ao mesmo tempo, padronização e concentração monopolistas” (MARCUSE, 1999, p. 81).

Para Marcuse, os produtos exercem o papel de doutrinadores e manipuladores de consciências e, por conseguinte, criadores de uma falsa consciência que por sua vez é imune a sua falsidade. Nas palavras do jovem Marx: “O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto” (MARX, 2004, p. 81). À proporção que esses produtos tidos como benéficos tornam-se cada vez mais disponíveis para mais pessoas, a

doutrinação que eles realizam de forma eficaz, deixa de ser mera propaganda e torna-se estilo de vida.

[...] Ali igualmente, é a totalidade que está em movimento: nesta totalidade a distinção conceitual entre negócios e a política, o lucro e o prestígio, as necessidades e a publicidade não é, mais de modo algum possível. Se exporta um “modo de vida” ou este mesmo se exporta na dinâmica da totalidade. Com o capital, os computadores e o saber-fazer (know how) aportam os outros “valores”: relações libidinosas com a mercadoria, com as agressivas máquinas motorizadas, com a estética falsa do supermercado (MARCUSE, 2019, p. 295-309).

Na continuidade da argumentação sobre a função do estilo de vida na contenção da mudança qualitativa na sociedade industrial administrada, Marcuse afirma:

É um bom estilo de vida – muito melhor que antes – e enquanto bom estilo de vida, ele age contra a mudança qualitativa. Surge assim um padrão de pensamento e comportamento unidimensional, no qual as ideias, aspirações e objetivos que, por seu conteúdo, transcendem o universo estabelecido do discurso e da ação, são ou repelidos ou reduzidos aos termos desse universo. Eles são redefinidos pela racionalidade do sistema dado e de sua extensão quantitativa (MARCUSE, 2015, p. 50).

Em sua análise acerca da sociedade industrial tecnológica, Marcuse considera que o fortalecimento da tendência de pensamento e comportamento unidimensional pode estar relacionada ao desenvolvimento do método científico, que na física é manifestado na operacionalização, enquanto que nas ciências sociais é expresso no behaviorismo (...). Aqui, a característica principal é o uso do empirismo no tratamento dos conceitos, cujo significado está restrito a representação de operações e, dos comportamentos sem a consideração das finalidades ou teleologias. Nesse sentido, o pensamento unidimensional tem sua promoção no âmbito da política por meio de seu corpo técnico e dos meios de comunicação de massa. Seu universo do discurso se origina a partir de hipóteses que se validam por si mesmas e que, de formas permanente e unilateralmente repetidas, transformam-se em prescrições que funcionam como meio de alienação.

Contudo, as práticas e limitações do modo de pensar unidimensional não são novas. Pois, suas origens nos remetem ao racionalismo moderno em ascensão, tanto em sua forma especulativa quanto na empirista, é notável a contradição entre uma forma de pensar racional e extremamente crítica no método científico e filosófico de um lado, e de outro lado, em um quietismo acrítico diante das instituições sociais estabelecidas em funcionamento, cujo fim era a manutenção do status quo.

Assim, o *ego cogitans* de Descartes deixou intactos os ‘grandes corpos públicos’ e Hobbes sustentou que ‘o presente deve ser sempre preferido, mantido e considerado melhor’. Kant concorda com Locke ao justificar a revolução *se e quando* ela obtiver êxito na organização do todo e na prevenção da subversão (MARCUSE, 2015, p. 52, itálicos do autor).

De acordo com Marcuse, o que caracteriza a sociedade unidimensional é a sua eficácia em dificultar ou eliminar todo comportamento e modo de pensar que se opõem a ela e, possibilitem a mudança qualitativa, portadora de uma nova existência, pois, as ideias que a contrariam são tratadas como irreais e sem importância. Nessa sociedade a atuação da razão está restrita a defesa daquilo que está posto. De modo que a Razão teórica e a prática, ou seja, o behaviorismo acadêmico e o social encontram-se no espaço de uma sociedade avançada que converte o progresso científico e técnico em um poderoso instrumento de dominação.

‘Progresso’ não é um termo neutro; ele se move para fins específicos e esses fins são definidos pelas possibilidades de melhoria da condição humana. A sociedade industrial avançada está se aproximando do estágio em que o progresso contínuo exigiria a subversão radical da direção e da organização predominantes do progresso. Esse estágio seria alcançado quando a produção material (incluindo os serviços essenciais) se tornar automatizada até o ponto em que todas as necessidades vitais possam ser satisfeitas enquanto o tempo necessário trabalho é reduzido a um tempo mínimo (MARCUSE, 2015, p. 53).

Para Marcuse, a partir desse nível de desenvolvimento o progresso tecnológico ultrapassaria o reino das carências dado que, onde ele foi usado como instrumento de exploração e dominação - resultando assim, na limitação de sua racionalidade - a tecnologia agora se submeteria ao livre jogo das faculdades humanas na luta pela pacificação da natureza e da sociedade, isto é, pela pacificação da existência.

‘Pacificação da existência’ significa o desenvolvimento da luta do homem com o homem e com a natureza sob condições nas quais as necessidades mutuamente concorrentes, os desejos e as aspirações, não são mais organizados segundo interesses de dominação e escassez – uma organização que perpetua as formas destrutivas dessa luta (MARCUSE, 2015, p.53).

A mudança qualitativa de uma nova existência não se dará apenas como um subproduto das mudanças econômicas e políticas, como resultado meio que espontâneo das novas instituições que formam os pré-requisitos necessários para tais mudanças. Mas, a mudança qualitativa requer uma alteração também na base teórica sobre a qual a sociedade se sustenta. Assim, as técnicas de industrialização são técnicas políticas e, como tais elas fazem um prejulgamento das possibilidades da Razão e da Liberdade.

Em suma, a racionalidade tecnológica demonstra seu aspecto político quando ela se transforma num eficiente mecanismo de dominação, construindo em torno de si um universo totalitário no qual sociedade, natureza, espírito e corpo são mantidos em um estado de intensa mobilização em defesa do seu sistema de controle.

5. Conclusão

Neste artigo refletimos a partir da teoria marcusiana, como “as novas formas de controle” atuam para formação e consolidação do pensamento unidimensional na sociedade tecnológica do capitalismo avançado. Utilizando-se do discurso de liberdade e racionalidade, essa sociedade recorre a sofisticados mecanismos de dominação que de forma sutil controlam as mentes e as ações das pessoas. O modus operandi da sociedade do capitalismo afluyente não é mais o uso da força e da violência como ocorrera nas sociedades anteriores, tal como descrito por Orwell em sua obra *1984*. Trata-se de uma forma de convencimento por meio das satisfações de necessidades administradas pelo sistema econômico, político e social, na medida em que se cria a ilusão de que sendo livre, o indivíduo pode escolher o que é melhor para si, mas, uma vez inserido numa sociedade capaz de satisfazer suas carências, para que então, recorrer à outro modelo de sociedade? Ressalta-se, que serão satisfeitas, todas as necessidades permitidas pela administração dessa sociedade.

Trata-se de uma contradição interna da sociedade industrial avançada, pois, se no discurso apresenta-se como racional, livre e portadora de direitos individuais capazes de desenvolver uma consciência de liberdade nos sujeitos sociais pretendentes de uma mudança qualitativa na sua estrutura de funcionamento; na prática esta sociedade está voltada para a contenção de toda e qualquer mudança, qualquer alteração do status quo. É exatamente, na contenção de mudanças e na integração das oposições que a sociedade tecnológica capitalista mostra sua eficácia. Ao dispor de aparato político e tecnológico, esta sociedade utiliza-se da ideologia para convencer os indivíduos de que a única alternativa, de se conquistar o bem estar social e uma vida feliz, é estar integrado ao seu modo de produção. “Validado pelas realizações da ciência e da tecnologia, justificado por sua crescente produtividade, o *status quo* desafia toda transcendência” (MARCUSE, 2015, p. 53, itálicos do autor).

Assim, todo o aparato político, cultural e tecnológico que é apresentado como neutro desprovido de qualquer ideologia dominante e, portanto, voltado à promoção da autonomia do todo social, libertação e pacificação da existência; na verdade é usado como

mecanismo de controle e pressuposto para a formação do pensamento unidimensional. A sociedade industrial torna-se irracional quando se apropria da ciência e da tecnologia para dominar o homem e a natureza com a finalidade de utilizar-se de forma cada vez mais efetiva de seus recursos, favorece novas dimensões para a realização humana. “A organização para a paz é diferente da organização para a guerra; as instituições que serviram para a luta pela existência não podem servir para a pacificação da existência” (MARCUSE, 2015, p. 54). Disto se conclui que não é possível uma mudança qualitativa como subproduto de alterações superficiais e espontâneas das instituições políticas e econômicas, sem a devida realização de mudanças responsáveis por adequações processuais mas igualmente por mudanças adequadas à alteração da qualidade dos objetivos políticos e econômicos de uma outra nova instituição. Como contraposição dialética-libertária à unidimensionalidade das “novas formas de controle” Marcuse nos adverte que:

Os processos tecnológicos de automação e estandardização podem liberar energia individual para um reino desconhecido de liberdade, situado para além da necessidade. A própria estrutura da existência humana seria alterada; o indivíduo seria liberado do mundo do trabalho que impõe a ele necessidades e possibilidades que lhe são estranhas. O indivíduo seria livre para exercer a autonomia sobre sua vida que seria propriamente sua (MARCUSE, 2015, p. 42).

Isto significa que ao indivíduo político ator na sociedade unidimensional, resta tornar efetiva a possibilidade de uma alteração do mundo contingente do trabalho-labuta, do aparato produtivo e tecnológico, da sociedade industrial do capitalismo avançado.

Referências bibliográficas

BASTOS, Rogério Lustosa. **Marcuse e o homem unidimensional**: pensamento único atravessando o Estado e as instituições. In: Revista Katál, Florianópolis, v. 17, n. 1, jan./jun., 2014, p. 111-119. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rk/v17n1/a12v17n1.pdf> >. Acesso em 20 Out. 2021.

MARCUSE, Herbert. **O Homem Unidimensional**: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada. Tradução Robespierre de Oliveira, Deborah Cristina Antunes, Rafael Codeiro Silva. São Paulo: EDIPRO, 2015.

_____. **Razão e Revolução**: Hegel e o advento da teoria social. Tradução Marília Barroso. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. **Tecnologia, Guerra e Fascismo**. Tradução de Maria Cristina Vidal Borba. São Paulo: UNESP, 1999.

_____ **Eros e Civilização**: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Tradução de Álvaro Cabral. 6 ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1975. Disponível em: <https://monoskop.org/images/b/b6/Marcuse_Herbert_Eros_e_civilizacao_6a_ed.pdf> Acesso em 22 Out. 2021.

_____ **Prefácio de Fevereiro de 1967 À edição francesa de “O Homem Unidimensional”**. In: Revista Dialectus, Fortaleza, a. 8, n. 14, jan/jul. 2019, p. 295-309. Disponível em:<<http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/41611/99049>>. Acesso em 13 Nov. 2021.

MARX, KARL. **Manuscrítos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.